

ESCREVIVENDO COM CONHECIMENTOS LOCAIS: REFLEXÕES DE UMA PESQUISADORA-NEGRO-EDUCADORA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Aline Neves Rodrigues Alves¹

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte, MG, Brasil

Enviado em 30 abr. 2022 | Aceito em 30 jun. 2022

Resumo: As reflexões e proposições contidas neste artigo dizem respeito a estudos e práticas que realizei tanto na academia quanto na educação básica durante o contexto de Pandemia de Covid-19, mais detidamente no primeiro semestre do ano de 2021. Tal investigação tem como objetivo trazer leituras, práticas empíricas e subjetivas baseadas em conhecimentos locais que foram sistematizados pelo movimento negro brasileiro, de acordo com a educadora Nilma Lino Gomes. A ênfase teórica é a do pensamento decolonial e a técnica metodológica advém do conceito de “escrevivências”, da escritora Conceição Evaristo que, como o antropólogo Arturo Escobar e o educador Paulo Freire, rejeita a separação entre o conhecer e o fazer. Ademais, minha escrita questiona radicalmente as relações binárias e assimétricas entre natureza e cultura, local e global, teoria e prática. Como resultado, este artigo apresenta uma crítica ao pensamento globalizante (desenvolvimentista), que invisibiliza corpos e cosmopercepções de grupos que foram oprimidos pelo sistema-mundo (moderno) capitalista. A conclusão é de que a dimensão do *lòcus* de enunciação por meio do “corpo-território” pode contribuir para produção de “glocalidades”, como suspeito acontecer por intermédio da rede de geógrafos/as negros/as, que inicialmente estive em investigação em meu doutorado. Redes que, como as Geografias feministas, não são exclusivas do Brasil, mas que encontram ressonâncias nas ações que buscam a luta por emancipação política, social e econômica. Uma tarefa que se pretende decolonial na teoria e prática.

Palavras-chave: Conhecimentos locais; Escrevivência; Decolonialidade; Geografias Negras

ESCRIVIVIENDO CON CONOCIMIENTOS LOCALES: REFLEXIONES DE UNA INVESTIGADORA-NEGRO-EDUCADORA DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19

Resumen: Las reflexiones y proposiciones contenidas en este artículo se relacionan con estudios y prácticas que realicé tanto en la academia como en la educación básica durante el contexto de la Pandemia del Covid-19, más específicamente en el primer semestre del 2021. Esta investigación tiene como objetivo traer lecturas, prácticas empíricas y subjetivas basadas en saberes locales que fueron sistematizados por el movimiento negro brasileño, según la educadora Nilma Lino Gomes. El énfasis teórico está en el pensamiento decolonial y la técnica metodológica proviene del concepto de escrituras (“escrevivências”), de la escritora Conceição Evaristo quien, al igual que el antropólogo Arturo Escobar y el educador Paulo Freire, rechaza la separación entre saber y hacer. Además, mi escritura cuestiona radicalmente las relaciones binarias y asimétricas entre naturaleza y cultura, lo local y lo global, la teoría y la práctica. Como resultado, este artículo presenta una crítica al pensamiento globalizador (desarrollista), que invisibiliza cuerpos y cosmopercepciones de grupos que fueron oprimidos por el sistema-mundo (moderno) capitalista. La conclusión es que la dimensión del locus de enunciación a través del “cuerpo-territorio” puede contribuir a la producción de “glocalidades”, como sospecho que sucede a través de la red de geógrafos/as negros/as, que inicialmente fue objeto de investigación en mi trabajo de doctorado. Redes que, como las Geografías Feministas, no son exclusivas de Brasil, pero que encuentran resonancia en acciones que buscan luchar por la emancipación política, social y económica. Una tarea que pretende ser decolonial en la teoría y en la práctica.

Palabras llave: conocimientos locales; escritura; decolonialidad; Geografías negras

1. Doutoranda em Educação/UFMG - Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (Faculdade de Educação - da Universidade Federal de Minas Gerais). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3301-3794>. E-mail: alines2005.doutorado2@gmail.com.

WRITING-LIVING WITH LOCAL KNOWLEDGE: REFLEXIONS FROM A BLACK FEMALE-RESEARCHER-EDUCATOR DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Abstract: The thoughts and propositions presented in this article are related to studies and practices I carried out in the academia as well as in basic education institutions within the context of the COVID-19 pandemic, more specifically in the first semester of the year 2021. This investigation aims to bring readings, empirical and subjective practices based on local knowledge that were systematized by the Black Brazilian Movement, according to the educator Nilma Lino Gomes. The theoretical emphasis is based on decolonial thought and methodological technique is derived from the concept of "escrivências" (writing-livings), from the female author Conceição Evaristo, who, as the anthropologist Arturo Escobar and the educator Paulo Freire, rejects the distinction between knowing and doing. Besides, my writing radically questions the binary and asymmetric relations between nature and culture, local and global, theory and practice. As a result, this article presents a critique of (developmentalist) globalizing thought, which makes invisible bodies and cosmoperceptions of groups that were oppressed by the (modern) capitalist world-system. The conclusion is that the dimension of a locus of enunciation through a "body-territory" can contribute to the production of "glocalities", as I suspect happens through the mediation of a network of Black geographers, which was initially in my doctorate investigation. Networks that, as the Black feminist geographers, are not exclusive to Brazil, but find echoes in actions that pursue the fight for political, social and economic emancipation. A task that regards itself as decolonial in theory and practice.

Keywords: Local knowledge; Writing-living; Decoloniality; Black Geographies.



Introdução

Em minha trajetória, o estudo do pensamento decolonial surge por meio da escrita da pesquisadora Nilma Lino Gomes (2017) e de sua relação com investigações voltadas para compreensão dos conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais negros, que demandam políticas para construção de uma sociedade mais justa, especialmente, por meio de uma educação antirracista, no contexto brasileiro. Logo, foi assim que produções de saberes sistematizados (ou não) por grupos historicamente subalternizados no pacto colonial transatlântico ganham sentido² teórico, prático e acadêmico para mim e tantos outros negros/as e/ou simpatizantes da luta antirracista no mundo da produção do conhecimento científico.

A essa experiência, ainda de iniciação científica, devo somar a graduação em Geografia, que me deu as bases para compreender e jamais desvincular os conhecimentos produzidos em escalas locais e regionais do território nacional a processos ocorridos em escalas globais. Nesse sentido, a diáspora africana produzida por meio de um sistema-mundo, originado e organizado no período colonial, iniciado no século XV, resultou em experiências pela emancipação da população negra, bem como da população indígena, em todo o continente americano. Esse é um dos escopos das bases epistemológicas que utilizo. Em consequência disso, a partir daqui, tomo emprestada a defesa da categoria lugar, por meio das ideias defendidas pelo colombiano Arturo Escobar (2005), em oposição às leituras globalizantes.

Aliás, Escobar (2005) apresenta perspectivas práticas baseadas no lugar. Essas pesquisas nascem na década de 1990 a partir dos estudos culturais em várias ciências. De acordo com o antropólogo, nos últimos anos houve uma marginalização do lugar na teoria ocidental, o que contribui

² O sentido é uma dimensão subjetiva que me faz compreender como válidas as alianças que faço com determinadas perspectivas epistemológicas. A força que encontro nos movimentos sociais negros me foi apresentada ainda na infância por meio dos Agentes de Pastorais Negros do Brasil (APNs), momento em que pude aprender e conviver com lideranças locais de minha comunidade ligadas à luta antirracista no interior da instituição católica, na cidade de Santa Luzia em Minas Gerais/Brasil.

para tornar invisíveis as formas subalternas de pensar. O antropólogo defende o regresso ao lugar e nos convida a visualizar novas esferas públicas com racionalidades alternativas que nos permitam superar, inclusive, a dicotomia entre natureza e cultura em dimensões epistemológicas e gerenciais. Diante disso, narrarei enquanto “esfera pública alternativa” a atuação do grupo de Geógrafos/as Negros/as em Rede.

Além disso, o objetivo deste texto está em trazer leituras e práticas empíricas baseadas em conhecimentos locais por meio de conhecimentos corporizados de negros e negras que se posicionam em ações e práticas antirracistas no Brasil. Propõe-se também apresentar uma técnica de escrita baseada no conceito de escrevivência da escritora Conceição Evaristo (2020). Esta autora, como o antropólogo Arturo Escobar (2005), rejeita a separação entre conhecer e fazer, questionando radicalmente as relações binárias e assimétricas entre natureza e cultura, bem como teoria e prática³.

Dito de outro modo, trago modelos glocais⁴ que se constituem a partir de um conjunto de significados que, embora em contexto de colonialidade de poder, não podem ser explicados por modelos globalizantes de leitura de mundo. No final deste texto, apresento algumas estratégias escolares que desenvolvo para aplicação da Lei nº10639/03, que torna obrigatório o ensino de história da África e cultura africana em escolas da educação básica no Brasil. Mas, antes disso, apresento as dimensões do global que, para Arturo Escobar, são uma armadilha epistemológica, já que situam o capitalismo no centro da narrativa do desenvolvimento.

A globalização do pensamento

A leitura do global me permite também pontuar que os processos de subjugamento dos modos de ser, viver e fazer dos povos africanos, asiáticos e originários da América são um projeto eurocêntrico que divide os continentes em “velho” e “novo mundo”. Na América e Oceania, por exemplo, povos originários ainda reivindicam o reconhecimento jurídico e íntimo de suas existências, bem como a reparação aos danos historicamente sofridos. Nesse cenário, o genocídio de suas populações é latente e irremediável, seguido da redução drástica de seus territórios, graças a uma lógica imperialista, que se perpetua ao longo de cinco séculos de colonialismo e neocolonialismo.

Cabe destacar que a Ásia, embora carregue a alcunha de “velho mundo”, em realidade não recebe o marcador ideológico eurocêntrico que confere ao velho o papel de educar e/ou civilizar “os novos”. Mesmo assim, teve o primado de contracenar uma práxis oposta à lógica capitalcêntrica, na

³ Neste texto faço um diálogo com o autor Arturo Escobar a partir de uma atividade da disciplina “Processos e Discursos Educacionais III: Bases epistemológicas da investigação educativa”, ocorrida no 1º semestre de 2021, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cujos docentes foram os professores Dr. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Dr. Francisco Ângelo Coutinho. Nessa ocasião, as aulas ocorreram por meio do ensino remoto emergencial adotado pela UFMG. A partir da ementa destaco: Epistemologia e Pesquisa Educacional no Contexto latino americano. Bases epistemológicas do pensamento decolonial.

⁴ Cabe destacar que Ronald Robertson (2003) é um dos autores que discute os processos de mundialização para além da lógica do capital financeiro. Portanto, esse sociólogo britânico/americano rejeita também a ideia de que sejamos uma sociedade global, fruto de um processo iniciado com a modernidade (século XV), caracterizado exclusivamente pela homogeneização das culturas sob influência ocidental. Diferentemente, o autor aponta a reafirmação das culturas locais, destacando no conceito de “glocalização”, cuja influência vem da cultura japonesa, que lançou na década de 1980 uma estratégia mercadológica que significou, em resumo, a possibilidade de se produzir a partir de conhecimentos locais. A palavra japonesa *dochakuka* virou uma expressão popularizada em muitas empresas do Japão e é traduzida como localização global. Robertson, ao introduzir a palavra “glocalização”, na década de 1990, no ocidente, explica que a glocalização não invalida o entendimento entre as assimetrias próprias das relações entre o “local” e o “global”, porém não limita o “local” a experiências exclusivamente identitárias. O uso da palavra “glocal” ocorre, especialmente, nos campos da geografia, sociologia e antropologia, incluindo outros autores pioneiros como Zygmunt Bauman e Erik Swyngedouw.

qual o capitalismo se situa “no centro da narrativa do desenvolvimento” (Escobar, 2005:68), por meio do socialismo. Esse modelo político-econômico implementado em meados do século XX foi marcado por disputas que dividiram o território europeu. É possível, inclusive, afirmar que se trata de duas leituras globalizantes: uma, do sistema-mundo do oeste europeu e outra, de seu expoente euroasiático, por meio do socialismo. Isso me convoca a compreender que o monopólio dessa lógica de ler, visualizar e interpretar o mundo possui um importante *lôcus* de enunciação, irremediavelmente, no eixo norte global. Portanto, carece conhecermos outras lógicas.

Não é demais afirmar que esses modelos se valem do privilégio geopolítico conferido por séculos de imperialismo sobre os demais continentes, a saber: poderio econômico, bélico, político, cultural e ideológico. Aliás, o maior incômodo diante de tais leituras globalizantes é que elas são vistas como padrão no campo de construção do conhecimento acadêmico por meio das ciências humanas na América Latina (e certamente em outras regiões do mundo). Enquanto movimento contrário a tais leituras, que conferem centralidade aos problemas oriundos do sistema de classes, como o materialismo histórico de base marxista na ciência geográfica, temos aquelas que desnudam os resultados de séculos de colonialismo operando sobre a produção de hierarquias também sexuais, de gênero e de raça⁵.

Nesse sentido, o estudo do pensamento decolonial, opondo-se à província europeia, traz contribuições para quem é da periferia global, pois se apresenta enquanto uma possibilidade de leitura de mundo originada das experiências sociais e políticas daqueles que sobreviveram aos massacres de suas culturas. Em outras palavras, deseja-se agir a partir das perspectivas dos oprimidos, dos Outros, das histórias apagadas e/ou invisibilizadas pelas permanências do colonialismo, que hoje podem ser lidas como colonialidades (Quijano, 2005). A teoria decolonial, portanto, merece reconhecimento por organizar com e pelos conhecimentos de povos e movimentos sociais situados no suposto “novo mundo”, o que abarca os grupos e indivíduos subalternizados que se situam também no eixo norte global.

Isso exposto, confesso que, enquanto pesquisadora proveniente das periferias produzidas pelo eurocentrismo - mulher, negra, pobre, mãe, em contexto urbano, filha de migrantes do norte de Minas Gerais (região marcada pelo baixo desenvolvimento econômico) e professora da educação básica -, senti-me pressionada a responder a problemas estruturais e permanentes. Por vezes li como ingênuas as tentativas dos/as colegas em operar por meio das fissuras da lógica global, dada sua imperiosidade, porém debruicei-me em compreender o motivo da minha aparente descrença.

Acredito que o desânimo esteja por reviver diariamente a morte simbólica e física de nossos semelhantes tanto nas vivências mais próximas como por meio dos veículos de comunicação neste contexto de pandemia da Covid-19. A pressão acadêmica para apresentar reflexões mais densas e resultados sobre um projeto de pesquisa ainda em revisão aumentou sobremaneira meu mal-estar, fazendo-me sentir supostamente lida como representante da diversidade do que é ser negro nesse território de poder (a universidade). O adoecimento foi uma consequência desse estado de coisas e sei que não sou a única vivendo isso. Pelo contrário, ainda tenho o privilégio do trabalho acadêmico que me exime de estar em circulação/transitando nas ruas durante a pandemia.

⁵ O modelo socialista implantado no norte da Ásia por meio do imperialismo russo resultou na edificação de um sistema político-econômico socialista e na personificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no século XX. No entanto, projetar uma identidade única a povos culturalmente diferenciados, acirrou os problemas étnico-raciais. Aliás, a crença na eliminação do sistema de classes sociais deriva do pensamento único de que a lógica capitalista produziu apenas, ou sobretudo, desigualdades socioeconômicas. Pelo contrário, outras formas de hierarquias eram necessárias para a manutenção de lógicas que se arrogam universais, entre elas a construção das divisões sexuais, origem geográfica, religião, gênero e outras - dito de outro modo, a hierarquização das diferenças.

Diante disso, reitero o contexto em que escrevo: em meio ao pico de uma pandemia sem precedentes. Creio que isso interfere diretamente no meu (nosso) modo de estar e sentir/perceber o mundo, tanto na academia quanto na educação básica. Inclusive, a sobrecarga de trabalho em ambiente virtual pode ter consequências que ainda não prevemos. Entendo que talvez exista uma possível saturação de nossa capacidade de suportar notificações de trabalho e notícias transmitidas quase sempre em tempo real, saindo ou não de casa. Sob esse ponto de vista, o espaço e o tempo estão cada vez mais comprimidos. É inegável que os avanços técnicos, científicos/informacionais, bem como os deslocamentos em muitas sociedades, tem, por um lado, acelerado as formas de espalhamento da doença e, por outro, encontrado soluções conjuntas⁶.

Concordo com o geógrafo Milton Santos (2006) quando diz que a globalização se resume para alguns em perversidade, para outros, em fábula. No entanto, ela também pode ser usada como possibilidade de superação de barreiras. Ainda não deixo de considerar Arturo Escobar, quando afirma que “nem tudo que emerge da globalização é adequado ao roteiro capitalista” (Escobar, 2005:69). Nesse sentido, dinamizam esforços para conter a propagação de discursos pró-negacionismo da doença (ou obscurantistas), aumentam as redes de solidariedade diante de comportamentos elitistas (e de transnacionais) que insistem no descarte da força humana de trabalho, sempre vista como substituível. Não obstante, temos um quadro político de ataque às instituições democráticas de direito no Brasil em meio ao empobrecimento das populações mais vulneráveis e à circulação de novas variantes da Covid-19. Mas há esforços para a produção de vacinas contra a Covid-19⁷ (ressalvada a incompetência na gestão da vacinação por parte do governo federal). E, em meio a tudo isso, ainda assistimos ao aumento do desmatamento no país. Assim, são muitos fatores a incidir sobre nossos corpos e mentes diariamente, sendo essas somente amostras do global em nossas vidas.

Se pensar globalmente traz profundo incômodo por demonstrar a impotência do indivíduo diante do mundo, pensar a partir das experiências locais talvez nos permita perceber a força e a reação coletiva a um sistema mundo de origem norte-global opressor. Nesse desejo de manter vivos os princípios dos conhecimentos locais, os quais já defendi em pesquisas de monografia e dissertação⁸ com sujeitos da educação escolar e não escolar quilombola, é que me alinho às perspectivas negras da literatura local, à pessoa da escritora Conceição Evaristo, por meio do seu conceito de escriturências - escrita de nós. Em outras palavras, espero apresentar e defender “modelos locais sob o contexto da globalização e mudanças rápidas” (Escobar, 2005: 65).

⁶ Embora já saibamos que algumas potências tenham adquirido muitas doses da vacina contra a Covid-19, não há interesses explícitos em compartilhar vacinas com países mais periféricos ou do eixo sul global.

⁷ Em meio às notícias que anunciam a cada dia um número crescente de mortes pela Covid-19, assistimos ao genocídio da juventude negra; à violência doméstica, que atingem sobretudo mulheres negras; à permanente descapitalização em massa de famílias atingidas pela impossibilidade de conseguir renda, segurança alimentar e saúde frente à pandemia, ao aumento dos movimentos migratórios de venezuelanos em direção ao Brasil. Esses são alguns exemplos que me afetam diretamente por ter familiares, conhecidos/as e amigos/as nessas condições. No contexto pessoal, enquanto professora da educação básica, vivo ainda a ineficácia de um sistema de ensino remoto que não me permite acessar todos/as estudantes matriculados/as no ano de 2020/2021 na escola onde leciono.

⁸ Nesse momento, adotei uma leitura da Geografia pela vertente Humanístico-Cultural para justamente não correr o risco de reproduzir o que o antropólogo Arturo Escobar nos alerta: “não podemos interpretar os mapas nativos (não modernos) do social e do biológico nos termos de nossos conceitos da natureza, da cultura e da sociedade” (Escobar 2005:65). Desse modo, conhecer os mapas mentais que esses sujeitos construíram e interpretaram para a pesquisa, para mim era de grande interesse naquele momento. Uma preocupação decolonial, mas antes de tudo de intelectuais negros/as que já questionavam a objetificação do ser negro em pesquisas acadêmicas.

Escrevivência: escrita de nós no espaço-tempo

Enquanto geógrafa, senti-me lançada no espaço, categoria que é o avesso do local, já que não traz segurança, conforto ou sensação de pertencimento. O espaço quando não apropriado não tem sentido e nem significado (Tuan, 1983). Sob essa perspectiva, a dimensão do espaço, denominada por Tuan (1983) como conjunto de ideias, capturou-me nos últimos meses, pois, ao trabalhar remotamente, senti a intensa invasão do espaço público em meu espaço privado. As linhas estão cada vez mais tênues nestas dimensões: estou confinada em minha casa, administrando as tarefas domésticas e realizando atividades que antes eram executadas em espaços públicos. Tal carga horária de trabalho é extenuante, mas sei que não sou a única que vive isso, bem como tenho consciência dos corpos mais afetados: os de mulheres negras.

Nesse momento em que não me encontro tão bem, penso que só consegui organizar esta escrita porque me permitiu escrever a partir de minhas vivências, do local onde se encontram as experiências do trabalho, da minha relação com a escola onde leciono, das culturas locais que venho acessando por meio das redes/fluxos virtuais de amizade e familiares. Nesse sentido, escrevo a partir do meu mal-estar, meus medos, afetos e esperanças⁹. Acredito também que sou fruto das lutas dos movimentos negros de base acadêmica (Ratts, 2011), que me fortaleceram material e identitariamente. Nesse sentido, percebo a presença dos conhecimentos daqueles que vieram antes e que tanto lutaram para que negros/as estivessem no espaço acadêmico, não mais como objetos das pesquisas, mas como pesquisadores com toda sua carga de experiências e percepções de vida. Assim, não posso deixar de dizer que alguns intelectuais como Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento ampliaram meu modo de interpretar o quilombo e os aquilombamentos enquanto esfera política da luta por emancipação na diáspora africana.

Inegavelmente encontro em escritas como as de Conceição Evaristo, Wangari Maathai (2007) ou bell hooks (2013) a inspiração para continuar. A escrevivência, termo cunhado na década de 1990 pela belorizontina Conceição Evaristo, tem sido assumido em diferentes campos da produção do conhecimento na atualidade. Por meio dele, busco ser autora do meu texto, narrativa que não é necessariamente de mim, mas de nós, já que trago reflexões que não são só minhas e, muitas vezes, são comuns às mulheres negras deste país ou até mesmo fora dele. Para Evaristo, uma escrevivência precisa ser historicizada. Desse modo, em breves palavras, apresento o entendimento dessa dimensão da escrita, que tem sido usada em trabalhos acadêmicos também presentes na Geografia. Tal dimensão carrega em sua gênese a poética de ancestralidade e da cultura afro-brasileira, especialmente as mitologias ioruba e banta (Passos, 2019), que têm me tirado muitas vezes do banzo.

A presença do corpo negro feminino em espaços privados, por meio do trabalho escravizado de mucamas e mães de leite no âmbito doméstico da Casa Grande, já foi bem detalhada pelo sociólogo Gilberto Freyre (2003). Conceição também relembra essa condição histórica das mulheres negras de origem africana e reaviva o importante papel delas, no passado, ao serem detentoras das práticas orais de contação de história e repertórios musicais. A autora acredita no potencial da escrita de nós, tal qual a geógrafa Geny Guimarães (2015) ao se ancorar na “escrevivência” e na perspectiva do “desde dentro”, do autor Alberto Guerreiro Ramos (1995), enquanto possibilidade de exercitarmos nossas possibilidades de fazer científico.

⁹ Ainda que eu esteja conseguindo escrever em condições não desejáveis dado meu adoecimento (aqui nomeio como banzo), não o faço com interesse de mostrar que é possível escrever nessas condições. Por isso, este texto não é e nem deverá ser motivo de superação em espécie alguma. Faço-o porque tenho uma dor que é amparada por mulheres negras que me incentivam a escrever.

Para Arturo Escobar (2005), o corpo é uma estrutura experimental vivida também no contexto da cognição, discussão essa referenciada em Merleau Ponty. Para minhas questões, busquei respostas na Geografia Cultural entre os anos de 2010 a 2015. Além disso, operar a partir dos conhecimentos locais é considerar “processos históricos, linguísticos e culturais que, apesar de nunca estarem isolados das histórias mais amplas, retêm certa especificidade de lugar” (Escobar, 2005:74). Assim, a escrevivência enquanto técnica ou método de pesquisa expressa a crítica intrínseca de um ditado de origem africana, citado pelo escritor moçambicano Mia Couto (2012) em seu livro “A confissão da leoa”: “Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”. O adágio resume a necessidade de se produzir conhecimentos que apontem com segurança a versão não contada sobre nossos ancestrais, uma vez que a história da diáspora negra e dos povos indígenas na América foi por séculos uma versão narrada pelos colonizadores¹⁰.

Embora exista uma busca por apresentar a diversidade do ser negro/a na sociedade brasileira ou na diáspora africana, na prática, as experiências de dor dinamizam nossos desejos por uma sociedade mais justa. A autora Vilma Piedade (2017) dirá que “dororidade”, conceito cunhado por ela, é a forma pela qual as mulheres no interior do feminismo negro podem ser levadas a se unir e refletir sobre suas condições no mundo e no interior das lutas sociais. A noção de ‘sororidade’, produzida no interior do feminismo (não racializado), não dá conta de explicar a aproximação de mulheres negras para a construção de laços de solidariedade e cuidados a partir das experiências do racismo e consciência de sua subjugação racial em escalas locais e globais. Segundo Piedade (2017), é a dor do racismo que as aproxima para refletir as intersecções de gênero, classe e raça.

Assim, busco na escrita de nós - escrevivência - motivos para não paralisar diante dos fantasmas que rondam uma mulher negra sem referências familiares no ensino superior. Nesse contexto, posso afirmar que minha escolarização foi em meio a superação de obstáculos, enquanto os investimentos governamentais em políticas de ações afirmativas ainda não eram uma realidade. Todavia, pude assistir no final da minha graduação a diminuição dos espaços de confinamento racial branco nas universidades brasileiras. A entrada de mais negros/as por meio da política de cotas¹¹ permite-me esperar - verbo freireano (Freire, 1992). Um dos resultados desse estado de coisas¹² (fenômenos sociais) me fazem agora *perceber* que, no contexto de pandemia, houve um considerável aumento das relações de convívio entre geógrafos/as negros/as em rede, um aquilombamento dos espaços virtuais.

Estudos contemplando a espacialização da Covid-19 em território nacional (e internacional) são bastante comuns e rotineiramente utilizados. Nesse caso, foram os estudos com espacialização racial dos contaminados por essa pandemia que nos permitiu atentar sobre a não democratização da doença, ou seja, a infecção pelo vírus da Covid-19 não ocorre, igualmente entre corpos negros, indígenas e brancos no território brasileiro. Grupos potencialmente expostos ao desemprego ou subemprego, em atividades essenciais de trabalho, moradores/as de domicílios com atendimento

¹⁰ Outra autora que nos alerta a respeito dos processos de invisibilidade de narrativas é a escritora nigeriana Adichie Chimamanda em seu livro “O perigo da história única”, que discute os riscos da construção de imaginários que colaboram para a estereotipação acerca do Outro, sem permitir a alteridade nessa desigual relação de poder, logo, de narrativas.

¹¹ A Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm> Acesso em: 26 mar. 2021

¹² O aumento do número de pessoas sem condições básicas de alimentação tem preocupado pessoas e movimentos sociais em todo o país. Campanhas já vinham sendo feitas no ano de 2020, no início da pandemia, mas as doações diminuíram com o passar dos meses. Essas são informações veiculadas em diferentes mídias que trazem bastante angústia, mas também mobilizações sociais.

deficitário a recursos básicos como água potável e o baixo nível de escolaridade colocariam mais uma vez em evidência os dados de desigualdades sociorraciais no Brasil¹³. No entanto, essa constatação, embora tenha passado por justificativas e filtros científicos, não é novidade para os movimentos sociais, especialmente negros, que se unem numa luta antirracista e contra outras formas de opressão.

É preciso considerar que, embora o primeiro registro de pessoa infectada tenha sido uma mulher negra, empregada doméstica contaminada no local de trabalho por uma família de classe média alta, que teria visitado a Europa; e a primeira a ser vacinada no país tenha sido uma enfermeira negra que trabalha na linha de frente no enfrentamento da pandemia em um hospital; podemos afirmar que pouco se avançou na construção de políticas públicas que garantam maior proteção a esse público¹⁴. Salvo a prioridade dada aos profissionais da saúde e aos povos indígenas e quilombolas na vacinação contra Covid-19, ainda em gerenciamento no país e com porcentagens baixas até o momento.

Por outro lado, percebi uma movimentação completamente atípica, ainda no início do ano de 2020, no grupo de comunicação virtual de “Geógrafxs Negrxs em Rede”, que utiliza o aplicativo WhatsApp. Pela primeira vez seria organizado um evento fora do eixo e interior de outros grandes eventos como o Congresso de Pesquisadores Negros (COPENE), Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia (ENPEG), Encontro Nacional de Geógrafos ou Geógrafas (ENG) ou Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL). Esses/as sujeitos/as alavancariam um evento próprio, uma vez que, na Geografia, a temática racial era pautada por meio de Grupos de Trabalho (GTs) e Sessões Temáticas (STs) juntamente com trabalhos ligados à uma diversidade de temas associados direta ou indiretamente ao direito à diferença.

Neste momento, enquanto organizo algumas das atividades realizadas por esse grupo, percebo o quanto fui ativa no processo inicial da pesquisa e me pergunto se minha vinculação ao grupo de “Geógrafxs Negrxs em Rede” já não configura o exercício de uma investigação do tipo pesquisa-ação, portanto, de influência freireana¹⁵. Essa reflexão ocorre por eu ter colaborado em algumas ações, como na produção de uma nota de repúdio, escrita coletiva e por ter sido convidada para organizar o “Colóquio Geografias Negras”¹⁶. No momento, mais uma vez, a convite, estou organizando um novo

¹³ Até mesmo o recorte racial dos vacinados no Brasil apontam que a maioria já protegida pela primeira dose é do grupo racial branco. Nesse caso, não são considerados linha de frente os que trabalham na limpeza diária e sistemática das instituições de saúde que recebem pessoas contaminadas, cargos esses ocupados por uma maioria de negros e negras. Disponível em <<https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/>> Acesso em: 26 mar.2021

¹⁴ Por força de síntese, não consigo discorrer sobre a necropolítica, mas a vejo enquanto um conhecimento organizado pelo sistema-mundo globalizante, em que o medo da onda negra, maioria da população no período colonial e ainda hoje no Brasil, é uma constante. Dessa forma, a necropolítica é uma dimensão que pensa e produz seletividade sociorracial no espaço (territórios valorizados e desvalorizados) para definição dos corpos que devem morrer e viver. O geógrafo Denílson Oliveira (UERJ-FFP) tem produzido importantes considerações acerca do negro enquanto problema espacial das oligarquias brancas. Em resumo, necropolítica não é um evento aleatório, mas atende a um modo pelo qual instituições do Estado realizam a aniquilação física e simbólica dos desejos negros. Nas referências, temos o texto “Questões acerca do genocídio negro no Brasil” (Oliveira, 2020) do autor aqui citado.

¹⁵ Outra influência freireana nos estudos decoloniais está na metodologia da sociopoética de Jacques Gauthier (1999), a qual conheci por meio dos trabalhos do geógrafo Eduardo Miranda. Ver artigo nas referências: “Rachar e despencar o corpo-território” (Miranda, 2021).

¹⁶ Os trabalhos apresentados nesse Colóquio foram aqueles selecionados para compor o Dossiê Geografias Negras, uma publicação da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). E organizado pelos docentes-geógrafo/as Diogo Cirqueira, Geny Guimarães e Lorena de Souza. Disponível em <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/851>> Acesso em 20 jan. 2021 - Chamada da Revista Continentes: Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes>> Acesso em: 26 mar 2021.

dossiê intitulado “Geografias em perspectivas negras” por meio da Revista Continentes da Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)¹⁷.

No ano de 2020, também é preciso destacar que foi a primeira vez que vi tantas geógrafas negras juntas¹⁸, embora os heteroidentificados do sexo masculino continuem em maior número na organização dos eventos que pude acompanhar pelo grupo. Anteriormente ao grupo, eu conhecia poucas pessoas nos estudos sobre Geografia e relações raciais. Os que mais me influenciaram foram Alex Ratts (UFG), Rafael Sanzio (UNB) e Renato Emerson (UFRJ), pessoas com as quais tive contato em eventos nacionais ou regionais do COPENE ou do ENPEG na última década.

Dessa maneira, o aquilombamento virtual nos proporcionou encontros, trocas de experiências, discussões acaloradas, dúvidas sobre os rumos da Geografia, questionamentos acerca dos objetivos e termos que pesquiso: “geografias negras”, “geo-grafias negras”, “geografia das relações raciais”. Essas reflexões foram difusas e convergentes, sendo que jamais poderão ser resumidas ao plano semântico. Foram momentos de tensões, troca de afetos, parcerias e possibilidade de novos trabalhos/pesquisas, afinal muitos estavam se conhecendo. Nas redes sociais, notei não apenas muitas páginas criadas para a divulgação de eventos da Geografia Negra como também da Geografia feminista. No grupo do aplicativo de comunicação WhatsApp dos “Geógrafxs Negrxs em Rede”, por exemplo, foi constante a crescente troca de notícias sobre publicações e eventos correlatos à Geografia e questões raciais.

A pandemia que, contraditoriamente, nos aprisionou nos ambientes domésticos, nos adoeceu e tanto nos preocupa ainda, permitiu encontros públicos em ambientes virtuais da internet. Como a maioria eram docentes e ainda decidiam em suas instituições as formas do regresso ao ensino, no caso remoto, era possível conciliar as inúmeras reuniões e se dedicar ao grupo em questão. Nesse caso, duas situações pareciam unir toda a complexidade de pessoas envolvidas: a necessidade de fortalecer a disputa epistemológica por uma Geografia Negra no interior da ciência geográfica e, conseqüentemente, a luta para erradicar o racismo.

No regresso do trabalho remoto, é notável o crescente número de eventos organizados por discentes de graduação e pós-graduação, por meio de seus núcleos/grupos de pesquisa, que passam a convidar docentes locais, especialmente aqueles de diversas regiões do país, sem custo de diárias e transporte de pessoal para suas instituições. Nesse cenário, não foi muito difícil (para quem tem acesso à plano ou pacotes de internet) entrar numa sala de aula virtual para um seminário na UFT e migrar a distância de “um clique” para a aula inaugural do Programa de Pós em Geografia da UFF. Sem falar das relações de cumplicidade que esses grupos desenvolvem em oposição aos processos de colonialidade.

¹⁷ Além disso, participei enquanto discente da primeira disciplina intitulada Geografias Negras, ofertada pela Universidade Federal Fluminense por meio dos docentes convidados pela profa. Ana Giordani (UFF), Geny Guimarães (CTUR), Daniel Rosa (UFF) e Denílson Oliveira (FFP-UERJ).

¹⁸ Uma experiência que participei recentemente com mulheres negras geógrafas foi o curso intitulado Mulheres Negras no Geoprocessamento, o qual reuniu docentes e discentes de diferentes regiões do país. O curso foi organizado pelo Grupo de Pesquisa Dinâmicas Ambientais e Geoprocessamento – DAGEOP da UERJ, diante da necessidade de se romper barreiras de gênero e racial na difusão do conhecimento científico. Os resultados da avaliação do curso foram disponibilizados no site <<https://www.dageop.com.br/post/mulheres-negras-no-geoprocessamento-um-experi%C3%Aancia-incr%C3%ADvel-e-muito-positiva>> Acesso em: 26 mar.2021. Uma iniciativa da doutoranda em Geografia Ana Beatriz da Silva (UFF) com o professor Vinícius Seabra (UERJ-FFP), coordenador do grupo DAGEOP.

Regresso ao lugar¹⁹: tudo que nós temos é nós!

Os estudos feministas e do campo das relações raciais na Geografia parecem desafiar a colonialidade do saber (Quijano, 2005), mas somente o primeiro encontra-se melhor representado na instituição onde fiz minha graduação por meio de mobilizações políticas de discentes e docentes no Instituto de Geociências (IGC) da UFMG, o que é um avanço conquistado, já que a academia ignora com frequência conhecimentos produzidos por mulheres (Curiel, 2007). Embora seja comum às narrativas sobre demandas por parte de discentes, o aparente desinteresse por parte dos docentes em orientar temáticas raciais é uma constante. Contrariando isso recebi, em sala de aula da rede municipal de educação de Belo Horizonte, alguns estudantes do IGC-UFMG que fizeram suas monografias a partir da prática pedagógica que venho desenvolvendo com estudantes do ensino fundamental.

No entanto, sei que ainda merecem atenção da instituição onde me formei a Geografia do racismo ou do antirracismo; o interesse em utilizar os conceitos e categorias geográficas para interpretação de fenômenos que envolvam relações de ordem étnico-racial; a investigação da espacialização das políticas de ações afirmativas no Brasil ou América Latina; o currículo da Geografia e a Lei nº 10.639/03; a Geografia, relações raciais e outras linguagens; as pesquisas que poderiam inclusive ampliar o escopo metodológico dessa ciência e trazer soluções para problemas sociais que abarquem tais discussões. De acordo com Arturo Escobar, devemos “levar em conta as maneiras pelas quais a circulação global do capital, o conhecimento, e os meios configuram a experiência da localidade” (Escobar, 2005:63-64). Assim, estou muito segura de que há um desperdício de conhecimentos que são descartados como as experiências negras oriundas das periferias, dos quilombos, do campo (etc.) e que r-existem nas universidades.

Seguramente essa demanda ampliará, afinal a presença de cotistas negros/as está intimamente ligado à possibilidade do aumento no interesse por temáticas que afetem projetos de vida, a identidade e os territórios desses estudantes, que podem possivelmente colaborar para o crescimento dos movimentos sociais negros de base acadêmica. Entretanto, o que afirmo carece de investigação. Em virtude disso, eu mesma me sinto na responsabilidade de colaborar em coorientações por meio de parcerias com docentes dessa instituição²⁰. No entanto, acredito ser prudente que se abra concurso para essa área do conhecimento na Geografia, a partir das

¹⁹ No campo da Geografia é importante considerar as contribuições da cientista social e geógrafa britânica Doreen Massey, em especial no artigo “Um sentido global do lugar” (2000), em “Filosofia e Política da Espacialidade: algumas considerações” (2004) e na obra “Pelo espaço: uma nova política da espacialidade (2009). Seu diálogo com as correntes políticas progressistas, sobretudo aquelas que se opõem à essencialização de grupos identitários (e os lugares), potencializa o entendimento da categoria “lugar” enquanto resultado de inter-relações e não de isolamento ou exclusivamente reféns das dinâmicas globais. Essa multiplicidade definida por Massey (2009) acerca do espaço, lugar de diferenças e da heterogeneidade, refuta as narrativas que se arrogam universais do ocidente global. Além disso, permite compreender a coexistência de trajetórias históricas próprias, que não apenas se interconectam, mas também podem se desconectar formando, assim, a ideia das possibilidades em seu conceito de espaço. Do ponto de vista político e em diálogo com as teorias pós-coloniais, o lugar é entendido como espaço de inter-relações, superando imageticamente o que a modernidade imprimiu: um tempo linear que conecta um passado primitivo e desconectado a um presente comum de progresso. Como se os continentes tratados como novos, descobertos, não tivessem suas histórias e somente aguardassem a possibilidade de um futuro comum. Concordo com Massey quando diz que os riscos da história única (legitimada) estão em lermos a realidade a partir dessa ideologia, construindo, assim, projetos cujo resultado já é esperado. A respeito disso, também nos alerta o indígena brasileiro Ailton Krenak (2020), em seu livro “O amanhã não está à venda”. Não faz sentido esperar um futuro de possibilidades se tivermos sempre a mesma atitude, seja ela de consumo ou de produção epistêmica.

²⁰ Quando este texto foi escrito, ainda não havíamos organizado o Grupo de Trabalho (GT) Geografias em Perspectivas Negras por meio da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Esse GT nasce com o propósito de contribuir política e intelectualmente com as discussões, projetos e teorias que buscam a criação de uma episteme a partir de sujeitos subalternizados no pacto colonial de produção do conhecimento.

contribuições do campo das questões raciais. E isso não ganhará relevo na organização se uma séria discussão sobre o currículo do curso de Geografia bacharelado e, especialmente, da licenciatura não ocorrer a partir dos dispositivos da Lei nº10.639/03 (que torna obrigatório o ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do país) a incidir no ensino superior e, por meio, também, da Lei de Cotas, nº12711/12 (que reserva 50% das vagas em instituições federais de ensino superior e técnico para candidatos/as oriundos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas).²¹

A mobilização de conhecimentos locais não é somente uma forma de luta epistêmica, mas também um meio de tornar viável, de um lado, a permanência (e não somente a entrada) de estudantes negros/as no ensino superior e, por outro, a ampliação de conhecimentos inerentes à formação do território brasileiro. Desse modo, toda a corporeidade que essa presença significa recai no que se refere à necessidade de superarmos ideias equivocadas hegemônicas do ofício científico, ou seja, a ideia de que a neutralidade existe na atividade de pesquisa ou de que a subjetividade e a racionalidade devam ser concebidas como realidades apartadas. Obviamente essa orientação ideológica, que tem lugar de enunciação, advém das teorias positivistas e cartesianas, ainda que se encontrem também em ideias aparentemente progressistas por meio da Geografia Crítica, todas originadas na Europa e reproduzidas no eixo sul global por uma elite intelectual, que insiste em valores calcados na cosmovisão de base eurocêntrica.

A cosmovisão (Oyewùmi, 2002), de lentes eurocêntricas, que tanto insistem em ler o mundo por meio do que é visível, elimina outras formas de experimentar o corpo para interrogar e compreender realidades próximas ou distantes. Em outras palavras, acredita-se ser possível ir a campo e, por meio da observação sistemática e distanciada do fenômeno, descrever, analisar e produzir conhecimento sobre o Outro. Veja que se trata de uma visão sobre o Outro e não com o Outro. Quantas comunidades investigadas se rebelam na atualidade contra pesquisadores/as (e suas instituições) que narram em suas teses várias inverdades sobre suas vidas? E quantas agora passam a se fechar contra a presença de pesquisadores/as (e suas instituições) por perceberem que seus conhecimentos são usurpados e ganham montante comercial por meio de livros e palestras, por exemplo, que não têm o mesmo valor para tais comunidades?

O racismo e a colonialidade derivam de um pensamento que se arroga o direito de ser globalizante, universalista para leitura de mundo. E, isso não seria nenhum problema, se não inviabilizasse a existência de outras formas de ser, estar e viver no eixo sul global. Criatividade intelectual são minadas (desperdiçadas) por meio de práticas pedagógicas que impedem negros/as, indígenas, de se pronunciarem a partir de suas cosmopercepções e localizações geopolíticas. As sensações, os sentimentos, racionalidades a partir de um corpo que ocupa e vivencia situações de opressão, criando estratégias de re-ação e r-existência (Porto-Gonçalves, 2017), precisam ser reconhecidas em espaços de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, existir é uma questão cultural, política e ecológica para muitos grupos, especialmente para populações periféricas e populações das florestas tropicais, conforme enfatiza o antropólogo Arturo Escobar (2005).

No campo da educação básica, enquanto docente desse espaço, nesse período de pandemia, tenho vivenciado situações que me deixam muito preocupada: ausência de corpos na tela do computador, as câmeras não abertas (raramente vemos nosso interlocutor-estudante). No presencial, relembro que era possível fazer uma leitura corporal (das expressões faciais, do humor, a

²¹ Acredito que esse posicionamento político configure o que Arturo Escobar chama de modelos locais, pois é um modelo compreensivo de mundo, corporizado, prático, que envolve processos e conversações mais amplas (Escobar, 2005 apud Gudeman e Rivera, 1990).

motivação, a entonação da voz, o suor após a aula da educação física, os risos, os temperamentos) dos/as estudantes durante a aula. Algo visto como muito subjetivo e que me faz ter algumas seguranças mínimas no sentido de que o conteúdo está satisfazendo os interesses daquele público.

Minha experiência tem demonstrado que um material com imagens diversificadas na tela, inclusão de ferramentas e aplicativos digitais do campo da Educação não são garantia de que eles estão acompanhando a aula de modo interessado e implicado. Diante disso, acredito que seja desafiador fazer traduções interculturais (WALSH, 2006) entre uma lógica de ensino e aprendizagem baseada na cosmovisão de base eurocêntrica para uma que reivindica o intercultural por meio da cosmopercepção (OYĒWÙMÍ, 2002), especialmente no ensino de história da África e cultura afro-brasileira. Dito de outro modo, como apresentar e vivenciar conhecimentos afro-brasileiros significativos com as dimensões subjetivas diminuídas ou eliminadas pelo uso de salas de aula virtuais?²² Muniz Sodré (2021) dirá que a vida comum, para muitas pessoas, migrou para o virtual.

Em tal cenário, tenho criado outras formas de expressão por meio da audição, do olfato e do paladar. Neste trimestre, utilizei uma música (somente o áudio)²³ de origem afro-brasileira para explorar elementos da natureza, da dança e dos instrumentos musicais criados por meio da cultura, arte e vida, de negros/as da diáspora africana em nosso país. Além disso, debruço-me em apresentar outras partes da musicalidade que não foram aplicadas por meio de imagens, mas que estão no repertório da música: a dança e os tambores como forma de comunicação. Como resultado, os/as estudantes trazem por meio de desenhos, mapas mentais (Kozel, 2007) e diálogos, o que sentiram ao ouvir a música selecionada para a aula. Tem sido uma tarefa muito difícil trazê-los para o protagonismo que lhes é de direito. A sala de aula era local de diálogos, conflitos e afetos corporificados e eu os via quase inteiros na minha frente.

Nesse contexto, trazer a música e trocar conhecimentos com estudantes é precioso num país colonizado pela lógica de interpretação marcada pelo visual e de imposição da relação entre quem ensina e quem aprende. Essa sinergia da música e as experiências culturais possíveis, que podem ser encontradas no modo de vida de negros/as diaspórico/as, pode estar presente na vida desses estudantes. Desse modo, apenas desperto essa percepção que vem sendo desprezada pelo ensino hierárquico: de cima para baixo, de transferência de um suposto saber exclusivo do professor para o estudante, nunca de troca de conhecimentos como nos ensinou Paulo Freire (1996). Com a música de culto afro-brasileira e sua relação com sons da natureza, reconhecemos a resistência negra, suas subjetividades, corporeidades e desejos negros (Oliveira, 2020), o mantém vivo não apenas a cultura, modos de ser, fazer e viver, mas também a superação da dicotomia entre sociedade e natureza.

O olfato e o paladar também permitem experiências ligadas à memória. Nesse sentido, conduzo os/as estudantes para que separem algo que tenha algum cheiro/gosto característico. Na última aula, março/2021, eles/as trouxeram para perto dos computadores, cadernos ou celulares: alecrim, perfume de alfazema, sabonete, álcool, hortelã, orégano, café, entre outros. Eles/as eram

²² O antropólogo Muniz Sodré, em evento recente, discorreu sobre o espaço virtual. Metaforicamente nos fez imaginar que estamos sobre uma placa tectônica em deslocamento. Se de um lado, o espaço das redes resulte numa nova forma de vida: a virtual; de outro, o nascimento dessa forma de vida inédita está impregnado de velhas forças inerciais. Milton Santos também nos fez refletir sobre os fluxos que se convertem em práticas sociais graças ao avanço técnico-científico-informacional. Mas, para Muniz, essa transformação técnica do espaço-tempo implica uma nova Geografia, já que o deslocamento dessa placa tectônica está interferindo na constituição da cena pública, na Educação e nas nossas subjetividades. Eis aí, uma transformação geográfica. O autor nos desafia a pensar o oitavo continente, acima e abaixo de todos os outros, que interliga todo o planeta. Uma reflexão sobre/para nossos tempos. Essa aula magna, intitulada "Espaço e sociabilidade", organizada pela PósGeo da UFF em 18 mar. 2021 está disponível em <<https://m.facebook.com/PosGraduacaoemGeografiaUFF/videos/291262635692175/>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

²³ A música selecionada foi Oxum, no youtube se localiza no canal Grupo Ofá – Tema. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LKe6rI1dTHw>> Acesso em: 26 mar. 2021.

convidados/as a usarem o olfato, em alguns casos também era possível o paladar. Assim, ao se permitirem sentir, podiam mergulhar em suas memórias e compartilhar com os demais aquilo que sentiram, o que viram ou ouviram e o espaço-tempo que suas mentes os transportaram. Para mim, esse é o momento ideal para que se percebam como africanos sequestrados de África, que trouxeram todas as lembranças/memórias vividas em seus corpos-territórios, recriam (reterritorializam) esse país com suas culturas bantas e iorubás. Nesse momento, até mesmo uma erva/planta trazida por algum/a estudante nos permite explorar conhecimentos locais, que são também contribuições transatlânticas da presença dos africanos em nossas vidas.

De fato, foi trazendo elementos de culturas africanas que vamos traçando rotas de diálogos interculturais, os quais de modo presencial fazíamos diariamente por meio da leitura de algum ditado de origem africana, sempre no início das aulas, durante todo o ano, ou com figuras Adinkras dos povos Akan. Essa foi uma forma de se familiarizar com conhecimentos (morais e estéticos) do cotidiano de lá e/ou de valores já intrínsecos a vida desses estudantes e suas redes de contato. Para Arturo Escobar, “um modelo local da natureza pode apresentar traços que podem ou não corresponder a parâmetros da natureza moderna, ou só o fazer parcialmente” (Escobar, 2005:65). Dessa maneira, tanto numa escola urbana quanto noutra mais ou menos fechada, aos processos de globalização, pode-se encontrar formas híbridas de relacionamento com a natureza.

No âmbito da mitologia, já iniciei a leitura do mito grego de Narciso que poderá ser uma contraposição à filosofia iorubá por meio do espelho de Oxum e de Yemanjá. Se em Narciso, temos um indivíduo representando o mundo moderno e toda complexidade da cosmovisão eurocêntrica de amor exagerado à sua própria beleza, nas divindades africanas, discorreremos sobre o espelho (abebe) que não apenas revela beleza, mas também a coletividade, reafirmando na filosofia banta a máxima Ubuntu do “eu sou porque nós somos”. Aprendizagens tecidas em diálogos com o geógrafo Eduardo Miranda (UEFS) e a escritora Conceição Evaristo, os quais destacam que o espelho de Oxum reflete a imagem do observador, mas também diferentes ângulos daquilo que está em sua volta. Diferente de Narciso, que apenas reflete sua própria imagem e tem um fim em si mesma.

É importante afirmar que me preocupo com qualquer forma de essencialização nos modos de vida africano ou de seu ensino, por meio das aulas de Geografia - e essa é uma preocupação que também encontro em Arturo Escobar (2005:64). Penso ainda que o desafio não é exatamente a inserção de uma cosmopercepção que tanto enriquece nossas práticas, mas o fato de que o racismo à brasileira (Munanga, 2017) ser um crime sem rosto, sem corpo, já que comumente ninguém se afirma racista no Brasil. De fato, o racismo, inadvertidamente, tem sido associado às instituições ou a própria estrutura política e econômica do país, como se esses espaços funcionassem sem a presença corporificada de sujeitos.

Arturo Escobar (2005) nos indaga se os conhecimentos podem ser corporificados. Eu diria que as leituras de mundo são corporificadas, não é à toa que na técnica de “nuvens de palavras” estudantes daqui traduzam o vasto continente africano como *lócus* da miséria, primitivismo, natureza e morte. Isso sinaliza como lemos “corpos-territórios” (Miranda, 2014), corpos e suas territorialidades, com base na visão de colonizadores (que não somos, mas operamos com suas lógicas). Fenótipo e cultura, imagens distorcidas, hierarquizadas e manipuladas diariamente me permitem afirmar, juntamente com o pensamento decolonial, que dormimos e acordamos sobre a égide de valores impostos pela matriz eurocêntrica. No entanto, as respostas de resistência a esse sistema-mundo podem ser encontradas nas formas que construímos ao longo desses séculos, nos aquilombando ou no gerenciamento de lutas que são de ordem territorial, identitária, epistemológica, estético-corporais, entre outras investigadas por Nilma Gomes (2017).

No plano individual, estou satisfeita por ter construído este texto durante a pandemia, sei também de muitas de suas lacunas. De fato, devo buscar na negritude saídas para problemas sociais, sendo o maior deles o racismo, por sua capilaridade. Acredito que seja um processo contra-hegemônico ou não hegemônico alternativo à lógica global “capitalcêntrica”, que é “uma forma de pensar que contribua para desmontar a dicotomia entre natureza e cultura [...] em dimensões epistemológicas e gerenciais” (Escobar, 2005:67), portanto trazendo ideias que possibilite construir imaginários econômicos alternativos ao capitalismo.

Lugares devem projetar-se a espaços que são atualmente do domínio do capital e da modernidade [...] de maneira a criar redes sobre as quais as múltiplas formas do local possam depender em seu enfrentamento com as múltiplas manifestações do global (Escobar, 2005:73-74).

Nesse sentido, a decolonialidade na ciência geográfica (na qual temos avanços na Geografia pós-estruturalista e na Geografia feminista), por meio das Geografias Negras, tem uma agenda política radical contra o capitalismo e a globalização. Diante disso, tenho o compromisso em “distinguir formas de globalização do local que se convertem em forças políticas efetivas em defesa do lugar²⁴ e das identidades baseadas no lugar” (Escobar, 2005:70), tal qual como vemos nos movimentos semelhantes ao Black Geographies, localizado nos Estados Unidos e tantos outros, possivelmente desconhecidos, em toda América Latina.

Isto não é uma conclusão, apelos para seguir...

O global vem sendo construído desde os processos de colonização como universal e o local como particular. Essa hierarquia entre o global e o local, especialmente, nas ciências humanas, ou seja, no fazer epistemológico, não revela que, na verdade, o global é um particular de um local situado na península da Ásia: a Europa. O mal-estar criado por essa invenção histórica, a qual foi disciplinada, por exemplo, nas escolas de educação básica ou nas mídias, por meio das oligarquias brancas, quer-nos fazer crer que lugares e “corpos-territórios” não têm histórias ou memórias, salvo as cidades coloniais.

Acredito que a dimensão geo-corporificada por meio do fazer político de indivíduos e grupos que se opõem (criticamente ou não) aos modos opressores da modernidade possa nos ajudar a dar relevo aos conhecimentos locais. Especialmente por possuir questões legítimas de lutas em comum: pelo território, pela autonomia política (e econômica), pelo direito à própria cultura linguística e pelo reconhecimento identitário. Esses saberes são importantes não apenas por apresentarem elementos locais, mas por alcançar experiências globais e em rede contra o capitalismo. Saliento que, neste

²⁴ Para Doreen Massey, cada lugar tem sua posição relacional no contato com o global. Nessa concepção, cada situação se apresenta mediada pelas identidades, que por sua vez estão se movendo. Assim como os lugares ora abertos, ora fechados, de acordo com as estratégias que cada contexto e suas negociações são possíveis. Em alguns momentos neste texto, eu me refugiei num quilombo científico: ora na Rede de Geógrafxs Pretxs e seus eventos, ora na educação básica por meio dos meus projetos amparados pela Lei federal nº10639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Aliás, esses lugares não serão um refúgio enquanto isolamento em relação ao mundo, mas possibilidade de se construir alternativas às violências epistêmicas, raciais, espirituais, sexuais, de gênero e etc. Contudo, adotar a decolonialidade em meus estudos, permite-me pensar mais detidamente nas experiências da colonialidade no Brasil, na América Latina, diferente de vastas contribuições pós-coloniais que se detiveram, entre os séculos XVIII e XX, em campos de estudos situados em Ásia e África. De todo modo, os avanços do pós-colonial dialogam com a luta, as resistências e as r-existências contra padrões de poder. Seguirei alinhando a consciência que possuo acerca da minha realidade e possibilidades de cooperar com mudanças internas e também as que estão fora de mim. Daí a escolha metodológica de narrar essa experiência por meio das “escrevivências” (Evaristo, 2007).

momento pandêmico, por exemplo, alimentos só chegaram às famílias mais empobrecidas e situadas nas periferias do nosso país por meio das ações coletivas que se mobilizaram.

Por certo, são conhecimentos que não apenas rompem com experiências binárias empregadas arbitrariamente nas sociedades urbanas, mas que penetram também nos meios rurais, sustentada na exploração máxima de corpos e mentes daqueles que o colonialismo ‘coisificou’ (tornou objeto de exploração capitalista), estigmatizou e ainda hoje tenta controlar. Em função disso, o movimento Sankofa (de origem africana), de voltar e pegar aquilo que se esqueceu (daí a importância de recuperamos a memória) nos projeta a ações emancipatórias no presente, apesar da pandemia. Aliás, muitos foram os desafios às populações negras num país de base escravocrata, que não mediu esforços para desarticular, silenciar e/ou apagar conhecimentos oriundos das populações negras em África e na diáspora.

Para Escobar, existe uma ecologia, um conhecimento específico entre esses povos, que pode ser chave de leitura e vivência de mundo alternativo ao capitalismo. No plano acadêmico, como já dito, alinho-me com uma escrita de nós em que “A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa grande ‘e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2007:21). Logo, a linguagem aqui é tecida como potencial para que eu conseguisse externalizar, buscando superar complexos de inferioridade (Fanon, 2008) produzidos no/pelo colonialismo tão permanente na colonialidade.

Nessa conjuntura, r-existir não se trata de um ato de reagir a uma estrutura somente, mas de existir em um determinado modo de vida (local), que não é considerada na esteira da história do capitalismo como o *lócus* do sujeito válido. Logo, existir exige resistência a partir da própria vida, logo “r-existo”, “uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (Porto-Gonçalves, 2010:130 *apud* Pereira, 2017:28), não somente por meio de greves, guerras ou revoluções. A fundamentação do r-existir possivelmente está na forma como sobrevivemos às opressões diárias antes e agora nesta pandemia, o que atinge diferencialmente os corpos a partir de seu pertencimento étnico-racial e seus respectivos territórios nesse país.

A diáspora africana, ser negro fora de África, exige práticas de resistências, as quais, pessoalmente, aprendi, na infância, com o movimento negro das pastorais negras e na vida jovem e adulta com o movimento negro de base acadêmica. Nesses tempos de pandemia, isolamento físico, desconforto emocional, eu migro também para meu quilombo que é a educação básica por meio de uma prática que se pretende afrocentrada pelos princípios contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira. É por lá que eu celebro meus antepassados, onde volto e apanho o que se tentou deixar para trás na esteira da colonialidade. Como proposta, hoje me organizo para um novo projeto com uma docente angolana, da cidade de Luanda. Nesse sentido, faremos um intercâmbio virtual de estudantes de lá (Luanda-Angola) com os de Cá (Belo Horizonte-Brasil). Uma iniciativa pioneira na Educação Básica que envolve nos reconhecer nos adolescentes africanos e eles em nós, de nos desconhecermos, nos interpelarmos, nos reconstruirmos em lógicas (espero eu), não colonizantes. Há muito o que ser feito.

Ressalto que esse projeto contará com a troca de conhecimentos sistematizados pelos/as estudantes dos dois países e com a presença de convidados/as externos/as à escola, referências nas temáticas escolhidas pelos/as estudantes, sendo elas: a) Os hábitos alimentares e modos de produção agrícola dos dois países; b) As línguas de influência banto na cultura angolana e brasileira; c) A manutenção/recriação da tradição, dos hábitos e dos costumes em tempos de intensa globalização; d) As religiões afro-brasileiras e afro-angolanas; e d) Movimentos sociais negros contra o colonialismo em Angola e Brasil, com ênfase no feminismo negro.

Para além da Educação Básica, também me desloco para o *quilombo* da Rede de Geógrafos/as Negros/as, pois é por meio de nossas mobilizações que nos reconhecemos nessa diáspora africana: sentindo, pensando e agindo por meio de processos epistemológicos alicerçados pelo movimento negro educador (Gomes, 2017). Nesse grupo, suspeito reconhecer o que Arturo Escobar (2005) chamou de glocal: o lugar concebido enquanto escolha política e um projeto para equilibrar a localização do global com a globalização do local. Glocal torna-se uma possibilidade de os movimentos sociais, como os de base acadêmica, ir contra o capitalismo e contra as formas de viver a natureza calcada no moderno-colonial.

É bem verdade que muitos locais já se transformaram em vitrine comercial e de consumo global como já nos mostrou o geógrafo Denílson Oliveira (2014). No entanto, Escobar fala de um *glocal*, o local globalizado por “forças políticas efetivas em defesa do lugar e das identidades baseadas no lugar, assim como aquelas formas de localização do global que os locais podem utilizar para seu benefício” (Escobar, 2005:70), sem as essencializações de que o lugar não tenha seus problemas e relações de violência e poder. Em virtude disso, o autor propõe investigarmos as redes dos movimentos sociais, por exemplo, como penso o grupo de Geógrafos/as Negros/as e suas influenciadas em níveis que vão do local ao transnacional. Essas redes podem ser vistas como “produtoras de identidades baseadas no lugar e ao mesmo tempo transnacionalizadas. Também se podem considerar como produtoras de glocalidades alternativas àquelas do capital, dos meios de comunicação e da cultura global” (Escobar, 2005:73) homogeneizadora. Para Escobar, essas glocalidades podem ser tanto locais quanto globais ao mesmo tempo, envolvendo sujeitos e grupos com possibilidades de negociar o modo de construção do mundo. Eis aí uma política contra as tendências globalizantes do espaço por meio dos conhecimentos locais, anterior e posterior à atual pandemia do Covid-19.

É preciso considerar que escrever foi reunir sentidos ancestrais, daquelas pessoas que vieram antes e continuam em presença, seja física ou não, nos fortalecendo no dia a dia. E foi também revelar uma dor que não é só minha, assim como, também foi apontar lugares que não são só meus. Vivi em quilombos imaginativos, durante esta Pandemia do Covid-19, que se fizeram e se desfizeram a partir das inter-relações sociais. Foram lugares que jamais estiveram isolados ou desconectados de outras formas de ser, estar e viver no mundo. Na verdade, trata-se de um quilombo-lugar (seja na escola ou na academia) onde foi possível conhecer e fortalecer discussões e práticas antirracistas. Especialmente na leitura e enfrentamento às formas hierárquicas da diferença, que foram, como sabemos, escancaradas nesta pandemia e que tanto nos causou mal-estar.

Acredito que para modelar futuros diferentes do que está previsto no roteiro capitalista é preciso preencher, ocupar, povoar os espaços, criar e recriar quilombos como temos feito nesta pandemia. Posso afirmar também, a partir desta experiência, a grata surpresa de me aproximar de geógrafas negras e suas produções acadêmicas, reunir estudantes da educação básica brasileiros e angolanos em salas de aula virtuais - este foi o modo como consegui sair do banzo, operacionalizando conhecimentos locais para entender as dinâmicas do global sem, contudo, perder a esperança.

Referências

- ALVES, A. N. R. (2012). *Território Quilombola e Escola: Percepções do Lugar a partir do uso de mapas mentais*. Belo Horizonte. Monografia – Instituto de Geografia e Ciências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CURIEL, O. (2007). *Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista*. Bogotá: Universidad Central.
- ESCOBAR, A. (2005). Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- EVARISTO, C. (2020). A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.
- _____. (2007). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (org.) *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições.
- FANON, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.
- FREIRE, P. (1992). *Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1996). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREYRE, G. (2003). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Recife: Global Editora.
- GOMES, N. L. (2017). *Movimento Negro Educador*. Petrópolis, R.J.: Vozes.
- GUIMARÃES, G. F. (2015). *Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de suas heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia, UFBA.
- HOOKS, b. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. Ed. São Paulo.
- KOZEL, T. S. (2007). Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S.; SILVA, J. C. S.; FILHO, S. F. G. (Org.). *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista*. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER.
- KRENAK, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras
- MAATHAI, W. (2007). *Inabalável - Memórias*. Nova Fronteira.
- MASSEY, D. (2009). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2004). Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7-23.
- _____. (2000). Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius..
- MORRISON, T. (2019). *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MIRANDA, E. (2021). *Rachar e despençar o corpo-território*. Portal de publicações eletrônicas da UERJ. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/54972>> Acesso em: 24 de mar. 2021.
- _____. (2014). *O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral: os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê*. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em: <<http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/97/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Eduardo%20O%20Miranda.pdf>> Acesso em: mar. 2021
- MUNANGA, K. (2017). As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N.; ABUD, C.; SILVA, M. L. (Org.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- NASCIMENTO, A. (1980). *O quilombismo*. Petrópolis: Editora Vozes.

- NASCIMENTO, B. (1985). O Conceito de Quilombo e a Resistência da Cultura Negra, *Afrodíaspóra*, ano 3, nº 6 e7, p. 41-49.
- OLIVEIRA, D. A. (2020). Questões acerca do genocídio negro no Brasil. *Revista da ABPN*.v. 12, ed. especial "Geografias Negras", abril, p. 312-335
- _____. (2014). O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 16, n. 1, p. 85-106, maio.
- OYĚWÙMÍ, O. (2002). Visualizando o corpo: Teorias ocidentais e sujeitos africanos in: COETZEE, P. H.; ROUX, A. P.J. (orgs.). *The African Philosophy Reader*. Nova York: Routledge. Disponível em <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf> Acesso em: mar. 2021
- PASSOS, L. (2019). *Escrivência Evaristiana: ancestralidade banto e ioruba*. In: Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Porto de Galinhas.
- PEREIRA, E. (2017). Resistência descolonial: Estratégias e táticas territoriais. *Terra Livre* São Paulo, ano 29, v. 2, n 43, p.17-55.
- PIEIDADE, V. (2017). *Dororidade*. Rio de Janeiro: Editora Nos.
- PORTO GONÇALVES, C. W. (2017). De saberes e de territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. e OLIVEIRA, D. (orgs.). *Geografia e o Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América latina. In: LANDER, E (org). *A colonialidade do Saber: Eurocentrismo, Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas*, Buenos Aires: CLACSO.
- RAMOS, A. G. (1995). O negro desde dentro. In: RAMOS, A. G. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- RATTS, A. J.P. (2011). Corpos negros educados: notas sobre o movimento negro de base acadêmica. *NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos*, ano 1, v.1, p. 28-39.
- _____. (2007). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz do Nascimento*. São Paulo: IMESP.
- ROBERTSON, R. (2003). Glocalización: tiempo-espacio y homogeneidad heterogeneidad. In: MODEDERO, J. C. (org.). *Cansancio del Leviatán: problemas políticos de la mundialización*. Madri: Icadep.
- SANTOS, J. R. (1996). O negro como lugar. In: MAIO, M.C. e SANTOS, R.V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; CCBB.
- SANTOS, M. (2006). *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP.
- TUAN, Y.F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- WALSH, C. (2007). Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, S. e GROSFUGUEL, R. (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.